4

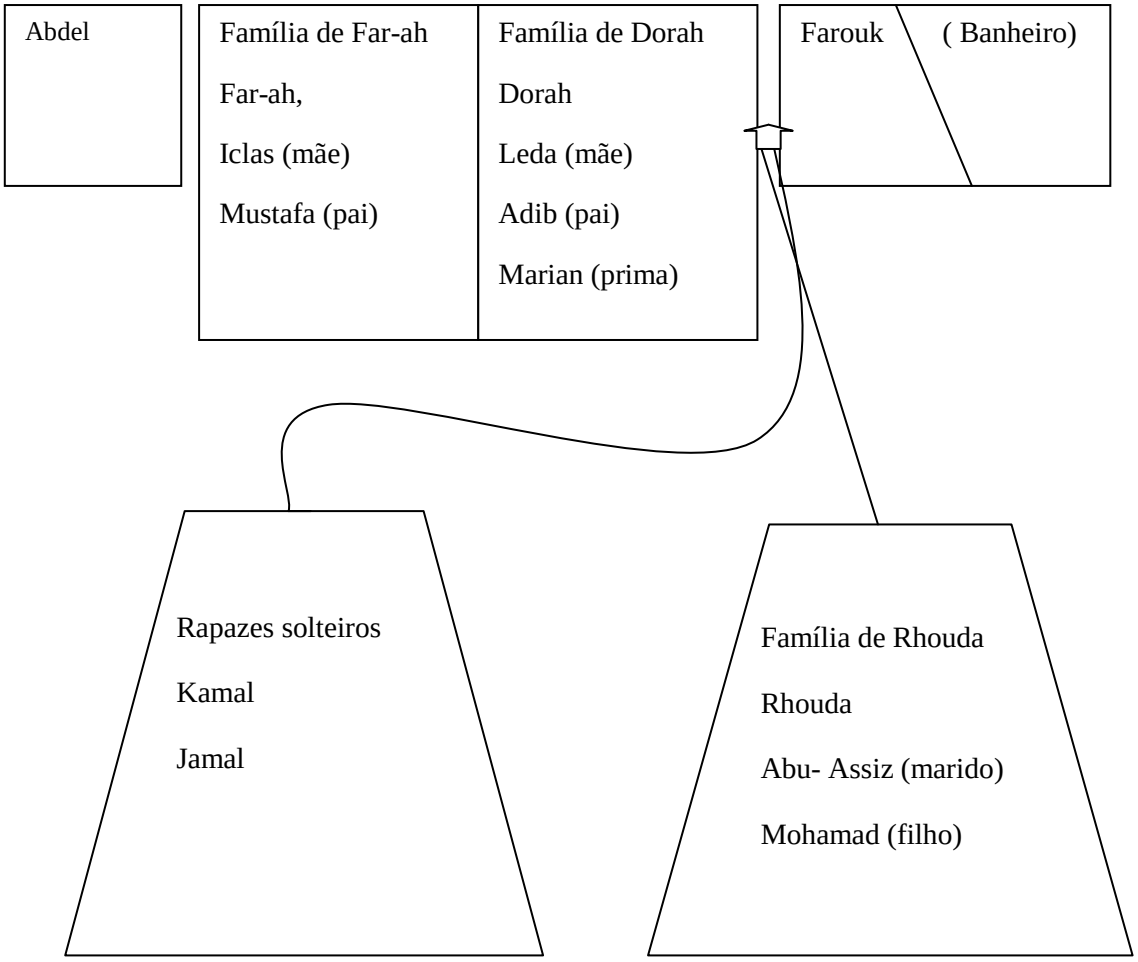
Ensaiando uma etnografia

Cheguei em Brasília no dia 20/04/2009 e lá permaneci até 30/04/2009. Estabeleci contato com os acampados imediatamente e com eles permaneci durante todos os dias, seguindo para o hotel à noite. A primeira coisa que observei foi que o grupo que lá se encontrava era representativo do universo de refugiados. No que diz respeito aos palestinos, pode- se dizer que se trata de um grupo com características impeditivas para seu assentamento em países tradicionalmente recebedores de refugiados. Trata- se, afinal, de um contingente composto, basicamente, por idosos, viúvas, trabalhadores desqualificados, portadores de problemas de saúde ou que apresentavam algum envolvimento político no Iraque.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

O “campo” de Brasília

É no Lago Sul onde está situado o escritório do ACNUR no Brasil. E, em frente a uma espaçosa casa de três pavimentos na QL 24, o acampamento erguido pelos palestinos desde o dia 29 de maio de 2008, parecia uma agressão, em si mesmo. Os arranjos físicos do acampamento podem ser visualizados abaixo:



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

- Primeira barraca - Abdel: palestino, aproximados setenta anos; ex- pastor de ovelhas. Fala apenas o árabe.
- Segunda barraca – Família de Far- ah:

  Pai: Mustafa. Palestino, sessenta anos, eletricista. Fala apenas o árabe.

  Mãe: Iclas. Iraquiana, ex- funcionária do governo iraquiano. Fala árabe e inglês correntemente

Far- ah: filha mais nova. Tem nove anos, nasceu no Iraque e, do grupo, a que melhor fala português.

- Terceira barraca – Família de Dorah

  Pai: Adib[1]. Palestino, sessenta anos, ex- funcionário público do governo iraquiano.

  Mãe: Leda. Palestina, cinqüenta anos, dona de casa. Só se comunica em árabe.

  Dorah: filha de quatorze anos, espera por casamento e não estuda. Fala e entende pouco português.

  Marian: sobrinha de dezesseis anos noiva de Mustafa, irmão de Far- ah. Não falam sobre seus pais.

- Quarta barraca (camping) – rapazes solteiros

  Kamal: trinta e nove anos, sapateiro. Fala bem o inglês. Compreende razoavelmente o português embora não admitisse. Foi um dos idealizadores do acampamento em Brasília.

  Jamal: quarenta e um anos, irmão de Kamal. Estava internado em um hospital de São Paulo com problemas renais.

- Quinta barraca (camping) – Família de Rhouda

  Rhouda: vinte e cinco anos, grávida de seis meses do segundo filho. É iraquiana e fala pouco de português.

  Marido: Abu- assiz. Jordaniano de trinta anos e tinha ligações políticas no Iraque. Foi arredio a todas as tentativas de aproximação.

  Mohamad: filho de um ano e meio.

- Sexta barraca (madeira e papelão): Farouk

[1] No período em que o trabalho de campo foi feito, Adib estava no Paraná em revezamento com a esposa que fora para Brasília.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Farouk: cerca de sessenta anos, pintor de paredes, fala bem inglês. Foi um dos três primeiros a chegar a Brasília e protagonizou vários problemas com os vizinhos.

Contíguo à sua barraca ficava o banheiro público.

- Sadi- ali: morava em uma casa em Brasília para onde foi encaminhado pelo ACNUR depois de uma greve de fome. Seu passado não foi informado a não ser do seu importante envolvimento com a política iraquiana. Esteve presente em todas as conversas sempre ao telefone celular. Dirigia- se várias vezes ao entrevistado a respeito da conversa que mantínhamos. Como também o fazia quando falávamos em português, a impressão era de que tinha bastante compreensão do português.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

As personagens do "campo"

"São como porcos e cheiram como cachorros. Venderam seu país, ganham para ficarem à toa enquanto eu tenho de me matar de trabalhar e agora querem vida mansa. São uns ingratos! Se está ruim aqui voltem pro campo de onde vieram, bando de arruaceiros". Foi esse o comentário que ouvi de um taxista que me levava de volta para o hotel depois de um longo dia de pesquisa.

Os comentários dos moradores e transeuntes, como se vê, eram geralmente agressivos. De fato, a visão do acampamento é desconcertante: quatro tendas improvisadas com madeira e papelão e duas barracas de camping armadas no meio da calçada. Das de madeira, duas eram "conjugadas" e havia uma sub-divisão, o "banheiro" coletivo. Os utensílios domésticos são improvisados e nem sempre são lavados depois de usados. Aliás, não há água potável disponível.

Os víveres são armazenados no chão sem nenhum rigor higiênico. A comida é sempre fria – já que há um fogareiro em uma única barraca e destinado somente ao preparo do chá. As refeições consistiam quase sempre em pão, tomate

e requeijão. O chá, servido várias vezes ao longo do dia é feito em uma lata amassada e escurecida. Os copos passam de mão em mão é não é incomum que se compartilhem do mesmo copo.

Não há nenhuma preocupação aparente com a higiene dos utensílios ou no manuseio de alimentos. A faca usada para rechear os pães com requeijão, por exemplo, fica pelo chão e é comum que se tenha que procurar por ela a cada preparo das refeições.

As barracas são separadas para as famílias ou grupos de rapazes solteiros. A mais organizada, segundo padrões ocidentais, é a da família da grávida. Os lixos são acumulados em frente às barracas e, segundo vizinhos, não é incomum a presença de baratas e ratos.

Durante o dia, ficam pela rua, abrigando- se do sol embaixo de árvores ou vagueando pela cidade. Os homens fumam ininterruptamente, acendendo um cigarro em outro. As mulheres passeiam pelo bairro, mas só saem para longe com os maridos; vão várias vezes a um grande supermercado próximo para utilizarem o banheiro ou para fazerem pequenas compras. Já os homens, usam o banheiro improvisado no próprio acampamento.

Esse “banheiro” é alvo de reclamações dos vizinhos já que os excrementos não recebem nenhum tratamento adequado e são, segundo eles, atirados na via pública. As roupas, quando lavadas, são postas para secarem em grades da vizinhança e penduradas pelas barracas.

Como ficam pela rua, não é incomum que se assentem em frente às casas vizinhas, impedindo, o acesso às garagens. Não é incomum também que vizinhos tenham de esperar que o garotinho seja retirado da frente da garagem para saírem de carro. E esses conflitos são constantes.

O primeiro grupo de manifestantes chegou a Brasília em maio de 2008. Diziam- se insatisfeitos com o programa brasileiro de reassentamento e preocupados com o futuro – já que a ajuda oficial terminará em dezembro de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Eram três homens vindos de Mogi das Cruzes. Aos poucos, foram chegando novos manifestantes e famílias. Decidiram apelar diretamente ao ACNUR depois de esgotados os mecanismos de negociação com a Caritas já que alegavam não ter mais acesso ao Sr. Antenor.

Depois da primeira reunião com o representante do ACNUR no Brasil e, como não houvesse acordo, o diálogo entre as partes foi interrompido e os palestinos resolveram acampar em frente ao escritório. Contam que a situação foi ficando tão tensa a ponto de os funcionários entrarem no escritório com escolta policial.

Com o passar do tempo, novos integrantes foram chegando. Inicialmente, vinham de Mogi das Cruzes. O acampamento fora e é divulgado entre os reassentados principalmente por telefone celular. Há uma intensa comunicação entre os grupos das de Brasília e Mogi. Mais tarde, vieram as duas famílias do Paraná.

Uma delas havia trocado são Paulo pelo Paraná em virtude de o filho mais velho ter conseguido emprego em um frigorífico da região. A outra, alegando problemas de acesso à educação, dificuldades de aprendizagem da língua e não-colocação profissional, mudou- se para Chuí, Rio Grande do Sul, e de lá para Dois Irmãos, Paraná, onde tinham parentes.

Outro caso é o de uma família que foi transferida, pelo ACNUR, para Brasília, mas esse caso é único. No geral, não querem transferência interna, mas exigem o reassentamento em outro país.

O grupo manifestante é mantido por doações dos que ficaram em Mogi das Cruzes e pelo dinheiro que algumas famílias continuam recebendo do Programa. Isso porque, alguns deles, perderam o benefício ao serem desligados do Programa. As famílias cujos membros estão acampados mantêm algum familiar em suas cidades – o que garante a continuidade do benefício.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

O desligamento do Programa dá- se quando alguns critérios deixam de ser observados pelos beneficiários. Em carta[2] de 16/01/2009 enviada pelo ACNUR aos palestinos acampados , pode- se ler:

> *"Qualquer beneficiário que assuma tal iniciativa [de acampar em Brasília] será responsável por arcar com todas as despesas relativas a ela, assim como com as conseqüências perante a Lei brasileira de tais atos, como o não pagamento de dívidas assumidas e a exposição de crianças, pessoas doentes e idosos a situações de risco".*

Apesar da decisão do ACNUR de excluir do Programa o refugiado que descumpre algumas normas, ainda assim há uma grande mobilidade de pessoas no acampamento. Como a movimentação dos refugiados prosseguisse, os acampados bloquearam completamente a entrada do ACNUR e não tardaram os conflitos.

O primeiro incidente ocorreu entre a funcionária graduada Maria e o Sr. Farouk. Impedida de entrar com o carro na garagem do escritório da agência ameaçou *"passar por cima*" do refugiado. Na confusão, atingiu o colchão do palestino com os pneus dianteiros do veículo. Houve agressões verbais dos dois lados e, segundo o relato de uma vizinha que presenciara o conflito, teria sido feita uma ameaça de explosão do carro de Maria.

Segundo essa mesma informante, a ameaça à funcionária teria sido decisiva para que, de acordo com o responsável pelo escritório do ACNUR, *"Genebra fechasse o escritório em Brasília, determinando que os funcionários passassem a trabalhar em casa até que a situação se resolvesse".*

O ACNUR não confirma nem desmente a versão. O fato é que, desde a briga referida pelos palestinos como *"a briga do Sr. Farouk com aquela lá"* o escritório está fechado e é feita somente a vigilância do imóvel. Os contatos com funcionários são obtidos exclusivamente por telefones celulares.

Outra conseqüência do acampamento palestino é a relação pouco amistosa com a vizinhança. Se Brasília apresenta o maior IDH do Brasil, conforme relatório apresentando pelo PNUD, o Lago Sul tem o maior IDH de Brasília. A

[2] Conforme cópia em anexo fornecida pelos refugiados

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

rua onde foi instalado o acampamento é ampla, com várias árvores nas calçadas, com casas imponentes e um colégio na esquina. A vista do Lago Paranoá é deslumbrante. Em nenhuma casa há somente um automóvel na garagem. Na casa do outro lado da calçada, há cinco automóveis, na casa vizinha às barracas, três automóveis importados.

O problema de convivência com os moradores foi assunto em jornais, principalmente, com o episódio de uma briga em que houve agressão física e ameaças de morte entre acampados e vizinhos, no dia 14/04/2009.

A moradora Renata Simões, uma as protagonistas do conflito é uma senhora de 50 anos, funcionária do Itamaraty. Segundo ela, sua casa avaliada em um milhão e meio de reais tem se desvalorizado desde que começou o acampamento. Alega, também, que perdera a paz ao ter, em frente de casa, *"um bando de desocupados desordeiros".*

Ao ter a entrada da sua garagem obstruída pelos palestinos, Renata reclamou da presença dos *"indesejados"* e, imediatamente, iniciou- se uma discussão. O filho da brasileira foi chamado e houve agressão física. Nesse dia, o garotinho Mohamad feriu- se quando estava no colo de sua mãe que caiu ao ser empurrada e foi atendido em um hospital de Brasília.

A polícia foi chamada e fizeram o Boletim de Ocorrência. Renata conta que os policiais militares não queriam fazer a ocorrência alegando que uma das partes era de "refugiados" e que não se sentiam confortáveis para tal. Preferiram acionar a Polícia Federal que é a autoridade responsável quando a contenda envolve estrangeiros.

Houve indignação por parte da brasileira ao verificar, o que ela caracterizou como *"um desrespeito ao cidadão brasileiro pagador de impostos quando a polícia trata os refugiados como inimputáveis".* A versão dos refugiados é que *"a polícia entendeu nós. A polícia não quis prender nós. Falou: 'vocês estão certos. Podem ficar aí."*

Desde então, a tensão que caracterizava a relação entre os vizinhos transformou- se em conflito aberto e alguns moradores decidiram acionar a Justiça

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

para retirar os refugiados acampados. A ação[3] foi julgada em 24 de abril de 2009 e no dia 25, os palestinos foram despejados do acampamento. Segundo relato de moradores e acampados, não havia nenhum representante do ACNUR no local, embora a instituição tenha sido oficialmente notificada.

Com o despejo, na primeira noite, foram para um hotel da cidade pago pela Associação Palestina de Brasília. No segundo dia, dois deles, o Farouk e Kamal voltaram para o Lago Sul e se instalaram no canteiro central.

Nesse período, segundo relatos de moradores, houve um *"clima de terror acirrado pelos acontecimentos recentes. O medo era grande."* Segundo informações, desde o início da formação do acampamento, a vizinhança se sentia insegura com a presença daqueles "*estranhos"* e receosa do que poderiam fazer. Com a suposta ameaça à funcionária e as ameaças feitas à vizinha, a sensação de medo ficou ainda maior.

Um exemplo desse medo foi a atitude de alguns clientes de um grande supermercado da região diante da presença dos refugiados no estabelecimento. Como não têm como estocar alimentos perecíveis, há uma intensa movimentação de compra de pequenas quantidades de chá, pão, tomate, queijo e cigarros. Essas compras são feitas em mínima escala e várias vezes ao dia. Também usam o banheiro público do supermercado. Segundo relato do gerente do estabelecimento, vários clientes pediram a ele que tomasse alguma atitude no sentido de coibir (se não o de proibir) que os palestinos ficassem transitando pelo supermercado, pois se sentiam ameaçados pela presença deles, além de causarem certo mal- estar pelo aspecto físico e a falta de higiene.

Contudo, também de acordo com o gerente, o ponto de maior estranhamento entre clientes e acampados se dava quando os palestinos resolviam estender um papelão no chão e rezar em pleno supermercado ou no estacionamento, impedindo a passagem dos clientes. Entretanto, aparentemente, os palestinos não tinham consciência de que atitudes como essa, para eles absolutamente naturais, pudessem causar tanto estranhamento nas pessoas.

[3] Conforme anexo 6. Esse documento foi fornecido por uma das autoras do processo, Renata Simões.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Os palestinos insatisfeitos não manifestam qualquer possibilidade de deixarem Brasília, mesmo acreditando que o escritório do ACNUR fora transferido para outro país. Não aceitam qualquer contraproposta que não seja o reassentamento em outro lugar. O ACNUR, por sua vez, não manifesta interesse em negociar com o grupo por não entender que haja motivos para tal. Segundo Sr. López- Cifuentes, a grande parte dos refugiados palestinos tem uma ocupação, mesmo que não seja um trabalho estável.

A realidade brasileira é algo que também não atrai os palestinos manifestantes. Não aceitam ter de esperar em filas atendimento médico que lhes fora prometido ainda no campo. Kamal um dos líderes e precursores da manifestação relata que "*tinha uma cirurgia marcada. No dia, falaram: 'não'! Você precisa voltar outro dia. Então, eu vim para Brasília. Se não fazem no hospital deles [público] então devem pagar em outro. Falaram que 'vocês terão hospital, emprego, aprender língua', mas quando chegamos aqui, tudo bem diferente".*

A posição oficial do CONARE para o caso é que as reclamações dos palestinos não passam de "ingratidão", já que o Brasil foi o único país que se dispôs a aceitar esse grupo. E *"reafirma, em nome do governo brasileiro, total compromisso de outorgar proteção jurídica aos refugiados, decisão que se mostra acertada, principalmente em momento de conflito internacional envolvendo palestinos e israelenses".*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

O primeiro contato

O primeiro contato foi com Farouk, um homem de 62 anos de idade que fora pintor no Iraque. Ao descer do táxi, o vi sentado dentro de sua tenda com outro palestino sentado à entrada. Eram os únicos no acampamento. Diante da negativa à minha indagação se falavam português, travamos conversa em inglês – idioma que o homem tinha bastante domínio. A conversa ocorreu dentro da barraca improvisada acompanhada de muitos cigarros paraguaios contrabandeados

e reclamações: *"O ACNUR quer nos matar. Estou doente e eles [o ACNUR] não fazem nada".*

Ele e outros dois rapazes (Jamal e Kamal) chegaram em Brasília no dia 29 de maio de 2008. Vieram solicitar ao ACNUR que fossem reassentados em outro lugar já que não estavam satisfeitos com o tratamento que recebiam aqui. Durante todo nosso diálogo, o Sr. Farouk fez questão de ressaltar que o problema era com o ACNUR e o governo brasileiro, não com o povo.

Segundo ele, os três resolveram acampar na frente do escritório do ACNUR depois de muitas tentativas de terem seus problemas resolvidos pela Caritas em Mogi das Cruzes. Como não conseguiram soluções, apelaram para o protesto em Brasília. Contestavam, principalmente, o encaminhamento dado às questões de saúde, emprego e assistência pelo ACNUR/Caritas.

Em suas falas, ainda no campo de Ruweished, as autoridades prometeram que todos teriam assistência médica, casas mobiliadas, empregos e aprenderiam a língua – o que não ocorrera, já que as promessas não foram cumpridas: alguns só foram ao médico uma única vez e, no seu caso, cujo problema de saúde requer intervenção cirúrgica, há uma fila de espera para que o procedimento seja efetivado na rede pública.

Quanto às casas, muitas ficam longe do centro da cidade, são pequenas e os móveis são usados. Ainda assim, alega que quando voltou à sua casa em Mogi das Cruzes em janeiro passado, encontrou a casa vazia, sem os móveis, eletrodomésticos e ocupada por terceiros. Segundo o Boletim de Ocorrência, "*a casa fora alugada em nome da Caritas Brasileira, pelo representante denominado de Sr. Antenor".* Ao procurarem o locador, foram informados de que os móveis e eletrodomésticos foram retirados pela Caritas e o aluguel da casa, rescindido. Como fora desligado do Programa, perdera o direito à casa e ao auxílio em dinheiro.

Ao contrário de Farouk, que fez questão de tirar fotos, ter nossa conversa gravada, apresentar documentos, contar-me da sua vida, o palestino que acompanhava a conversa não aceitou figurar na pesquisa: queria total anonimato.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Trata- se de um refugiado que fora transferido, com a família, para a Asa Norte, em Brasília. O ACNUR cuidou da transferência motivada por uma "greve de fome". Era um fugitivo do Iraque, que tivera envolvimento político com partidos aliados a Saddam Hussein. Era o único do grupo que não declarava abertamente se pretendia ou não a transferência para outro país.

Por essa questão da "greve de fome", ficou claro que a solução ou tratamento das questões – mesmo que coletivas – variavam de acordo com a pessoa que ficou responsável por tratá-las. Por exemplo, vários deles fizeram greve de fome ao longo do protesto, entretanto somente este palestino conseguiu sua remoção para Brasília – já que não manifestava interesse em ser transferido de país, mas não queria continuar em Mogi das Cruzes. Os outros, se queriam permanecer em Brasília, tiveram de ficar acampados.

Ainda que a condição de foragido tenha tido peso na decisão de remoção desse refugiado para Brasília, seu caso não era o único. Quando dessa pesquisa havia, pelo menos, mais um refugiado também foragido político vivendo com sua família no acampamento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

O ritual do chá

No segundo dia de pesquisa, cheguei por volta das oito horas da manhã. Saltei do taxi duas ruas antes do acampamento porque queria conhecer a região. Já na QL24, encontrei o grupo de mulheres que, pela vestimenta, percebi se tratarem das palestinas: duas adultas, duas jovens e uma garota. A moça grávida não estava entre elas. Abordei-as e, para minha surpresa, elas já sabiam quem eu era e o que estava fazendo. Entretanto, não falaram comigo. Minha interlocutora foi a garotinha Far-ah. Disseram-me estar indo ao banheiro do supermercado. Segui até o acampamento onde os homens ainda dormiam.

Sentei-me na calçada em frente e esperei. As mulheres voltaram depois de um tempo e seguiram para uma barraca. De lá, me olhavam do outro lado da rua, mas não falaram comigo. Depois de algum tempo, mandaram Far-ah entregar-me um copo, um tanto sujo, com chá e voltou em disparada.

Tomei o primeiro copo de chá observada pelas mulheres. Quando terminei, a garota retornou com outro, dessa vez ainda maior, com mais chá. Esse "ritual do chá" foi por demais custoso já que tenho total aversão a essa bebida. O copo fora aproveitado depois de consumido o requeijão, era gorduroso e continha várias digitais: nada a estranhar, em um ambiente onde a água era produto escasso.

Logo depois de entregar-me o segundo copo, Far-ah retornou com um pão recheado de requeijão. Recusei a oferta gentilmente alegando que tomara café da manhã no hotel e recebi como resposta que "*esse pão é seu. Tem mais lá dentro".* O pão fora preparado dentro da barraca, com uma faca que estivera sobre o chão e fora limpa em uma espécie de "pano de prato".

Comi o pão e bebi o chá. A garota brincava perto e estava curiosa com a minha pessoa. Perguntei-lhe, em português, já que desde o primeiro encontro ela se dirigiu a mim nesse idioma, onde deveria colocar o copo: *"pode deixá-lo aí na rua, porque depois tem mais [chá]".*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

A aceitação no grupo

Far-ah tem nove anos e nasceu no Iraque, filha de mãe iraquiana e pai palestino. Tem os cabelos curtos, negros, cacheados e deve medir cerca de 1,30m. Apresentava os cabelos sujos e presos por um arco. Não usava vestimenta hijab – o que não é obrigatório para crianças nessa idade. Falava muito bem o português – que aprendeu na escola e em conversas com as "amigas" brasileiras. Vestiu a mesma roupa durante os cinco dias em que freqüentei o acampamento: uma blusinha rosa, puída e bastante suja, uma calça também rosa e chinelos de dedo. Embora tenha dito que tomava banho na casa da família palestina reassentada em Brasília, não presenciei nenhuma visita aos amigos.

É uma criança alegre e barulhenta como todas dessa idade e não demonstra nenhuma preocupação com o fato de estar fora da escola. Ainda no campo, estudava em uma escola da UNICEF e, no Brasil, desde que saiu de São Paulo interrompeu os estudos. Logo se interessou em saber se eu era muçulmana e se gostaria de me tornar uma. E não desistiu da idéia da minha conversão enquanto estivemos juntas.

Tem dois irmãos: uma moça de 16 anos e um irmão de 20. A irmã está no Paraná com o irmão, Mustafa. O rapaz trabalha no setor de carnes especiais de um grande frigorífico da cidade de Dois Vizinhos e está noivo de Marian, uma moça de dezesseis anos que também está acampada.

Chamou-me a atenção a informação de onde vieram: sul do país e não do interior de São Paulo como imaginava ser a cidade comum. Mais tarde, descobri que a cidade de onde originariamente vinham era Mogi das Cruzes. E o caso dessa família se repetia em outra: uma família parenta que também se mudara para o Paraná depois de ser assentada em Mogi das Cruzes. A família de Far-ah mudou-se para o Paraná por causa do trabalho do rapaz.

Perguntei-lhe por que se mudaram de Mogi das Cruzes, se gostava da cidade e respondeu-me que gostava das pessoas, mas não da casa fornecida pelo ACNUR. Segundo ela, era uma casa pequena e ficava longe do centro e da escola; precisava pegar ônibus para estudar e *"eles [ACNUR] não queriam dar dinheiro"*.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Assim como os adultos, também apresentava o mesmo discurso: queria ir embora para outro país:

> *"Pode ser* (Iraque)*, mas lá tem guerra. Quero voltar para a Palestina. Ou para o campo. Lá era mais ou menos. Mas não precisava de dinheiro para comprar comida. No campo a gente não pagava nada, levavam a gente pro hospital. A gente não pagava nada, nada. Lá traziam comida pra gente, a gente não pagava nada, lá também é bom. O ACNUR que quis trazer a gente pra aqui. Não podia. Eu acho que ela [uma oficial do ACNUR responsável pela transferência ao Brasil] tava com muita pressa pra fechar o campo pra não fazer nada pras pessoas. É uma mulher má, mais ou menos."*

Outra razão de descontentamento da menina é o fato de o irmão estar noivo e o ACNUR recusar ajuda financeira para a compra da casa e móveis, embora esse auxílio não esteja prevista no escopo do Programa.

Ao longo da nossa conversa, perguntei pelos funcionários do ACNUR. Disse-me que eles tinham ido embora. Não os ajudavam mais, inclusive no dia em que *"o vizinho brigou com nós, só chamam a polícia para nós".*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

O padrão dos discursos

Enquanto conversávamos, éramos observadas pelas mulheres nas tendas. Então, chamaram- na e a garota voltou com mais um copo de chá, nas mesmas condições. As duas mulheres mais velhas se aproximaram acompanhadas pelas duas moças. Sentaram-se na calçada e falaram, em árabe, com Far-ah. Depois, começaram a falar em português e inglês.As palavras de ordem não mudaram: queriam sair do Brasil, o Programa era falho e não estavam nada satisfeitas com o tratamento dispensado pelo ACNUR e Caritas.

Eram as mulheres: Iclas mãe da garotinha, uma senhora de quarenta anos que trabalhava no governo iraquiano no que seria o equivalente ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro e fala bem o inglês. Também esteve vestida com as mesmas roupas todos os dias. Usava uma calça jeans, uma blusa de mangas compridas e o véu hijab costurado por ela própria. Os traços árabes são menos pronunciados que o da filha. É vaidosa e só aceitou posar para as fotos depois de se ver no espelho. Entretanto, percebe- se a falta de vários dentes, as unhas das mãos sujas e com restos de esmalte. Os pés, também sujos, com unhas grandes e calcanhares esfolados.

Por várias vezes, ressaltou que queria trabalhar, mas que as condições oferecidas pelo ACNUR não propiciavam. As aulas de português eram insatisfatórias, a estrutura de apoio da Caritas era inconsistente, o Programa, segundo suas palavras, *"todo errado".* A percepção que tinha do programa de reassentamento é que ele não existia e estava sendo construído à medida que problemas iam surgindo.

Assim como os outros, não demonstrou nenhum ressentimento com o povo brasileiro, mas com as autoridades que os colocaram em situação considerada, por ela, tão degradante. Alegava não entender o porquê de terem vindo ao Brasil e não a outro país que tenha programas de reassentamentos de refugiados.

Leda, uma senhora com cerca de 50 anos, embora aparente bem mais, esteve vestida todos os dias de maneira hijab: calça coberta por um longo vestido preto e véu também preto. Só se comunica em árabe, tem a fisionomia que demonstra cansaço e sofrimento. Apresentava, em todos os contatos, mãos, pés e dentes sujos. Pelo cheiro, supus que não tomava banho desde que chegara, há uma semana.

As famílias das duas mulheres são parentas. A de Leda, não se adaptando em Mogi das Cruzes mudou- se para Chuí (RS), Foz do Iguaçu (RS) e Dois Irmãos (PR) antes de decidirem acampar em Brasília. São cinco pessoas: ela, o marido, duas filhas e uma sobrinha. A mais moça, Dorah, está em Brasília enquanto a mais velha, em Dois Irmãos, Paraná. No Iraque, essa senhora era dona- de- casa e, repetindo a mesma história de Iclas, não se adaptou ao Brasil e não concorda com o programa brasileiro de reassentamento. Havia chegado do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Paraná na semana anterior para revezar com o marido que estava acampado havia cerca de oito meses.

Marian, prima de Dorah, tem 16 anos e está noiva de Mustafa. Não usa hijab – pelo menos até o casamento, quando provavelmente, seu marido irá exigir que o vista. Calçava chinelos, calça e blusa bastante sujos. Estava sempre maquiada e exalava forte odor de suor. Falava razoavelmente o português mas só se interessou em conversar no primeiro dia de contato, mesmo assim não aceitou falar sobre seus pais.

A outra moça, Dorah, uma garota de 14 anos, filha de Leda, é uma garota risonha. Tem olhos e cabelos claros e ainda não tem noivo[4]. Estava tão suja e desleixada quanto o restante do grupo.

Na nossa conversa, reafirmaram as principais queixas: dificuldade de acesso à saúde, de aprendizagem da língua e de recolocação no mercado de trabalho. Segundo relatos, ainda no campo, o ACNUR prometeu- lhes que no Brasil encontrariam assistência médica de qualidade, educação pública e que, teriam ajuda financeira e para encontrarem trabalho.

Segundo elas, a realidade foi bem diferente. A Caritas até levou alguns deles ao hospital algumas vezes, mas depois não mais se envolveu. A escola geralmente era longe de casa, as aulas de português foram poucas e não deram resultados.

Uma das mulheres, uma moça grávida e com um filho, Mohamad, de um ano e meio era a única que ainda não falara comigo. Não lhe fora dada permissão pelo marido, Abu-Assiz. Só mais tarde procurou-me para queixar- se que, grávida por volta do sexto mês – em sua conta-, ainda não havia feito nenhuma consulta pré-natal ou ultrassonografia. O marido, não conseguia emprego e não falavam português.

Rhouda, a moça grávida, aparentava uns 25 anos. Usava calça, bata e véu hijab – que também não trocara. Os dentes eram estragados e pouco falava com os

[4] Quando perguntei por que sempre falam em "noivo" e não em "namorado", as mulheres responderam-me que as muçulmanas não namoram: noivam e casam-se. Não há necessidade de namorarem porque só se casam com muçulmanos e todas sabem bem quais as condutas de um marido muçulmano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

demais. Para falar, pedia autorização ao marido. Entretanto, sua barraca era a única organizada. A cama improvisada era logo cedo arrumada, as fraldas e o leite em pó, ajeitados no canto da barraca. A figura do marido era muito marcante.

O filho, o garotinho Mohamad, ainda usava fraldas e esteve com as mesmas roupas todos os dias. Todos se ocupavam da sua "educação". Tinha machucados e feridas por todo o corpo. Coçava- se muito e as feridas se abriam ainda mais. As unhas eram compridas e sujas. Apresentava uma grande cicatriz de sutura em sua cabeça: no dia da briga com o vizinho, o garoto acidentou- se e foi levado ao hospital. Mas então o sistema de saúde funcionou? *"Não. É que tinha uma advogada com nós e tinha sangue. Aí eles atenderam logo. Se eu vou, não atendem. Falam para voltar outro dia".*

Durante os dias em que fiquei com o grupo, percebi certa dinâmica na movimentação de pessoas. Vi alguns homens um dia e não mais os vi depois. Embora o Sr. Farouk houvesse me afirmado haverem trinta pessoas acampadas não consegui verificar esse número. Mesmo considerando os que vi esporadicamente, não passavam de dezessete, mesmo contando com as crianças.

O marido de Iclas, pai de Far-ah, tem cinqüenta anos, é diabético e reclama de não ter ajuda do ACNUR para adquirir os medicamentos de uso constante. Em certo dia, percebendo minha presença, fez uma Estrela de Davi em um pedaço de papelão colado à cerca do escritório do ACNUR com os dizeres: *"ACNUR ISRAEL KILLING PALESTINOS".* Até então, a questão Israel/Palestina não surgira em nenhum momento da pesquisa e nem se sustentou como um argumento na história dos acampados com os órgãos oficiais de reassentamento.

Kamal é palestino e não trabalhava no Iraque *"por causa de problemas de saúde"*. Assim como os demais homens, dizia tomar banho no Lago Paranoá, mas não vi nenhuma evidência de higiene pessoal em todo o grupo durante o período de trabalho de campo. É solteiro, 39 anos e, assim como um irmão de 38, eram sapateiros no Iraque. O irmão está internado em São Paulo porque tem deficiência renal e precisa de cuidados intensivos. Perderam o restante da família ainda no Iraque quando da eclosão da guerra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

Alega que os problemas de saúde o continuam impedindo de trabalhar no Brasil, embora afirme que, mesmo que não houvesse essa dificuldade, não conseguiria *"trabalho decente"* por aqui. É porta-voz de uma teoria recorrente entre o grupo que nenhum trabalho pode ser digno pelo salário que a legislação brasileira prevê. Assim como todos os outros homens, fuma ininterruptamente cigarros contrabandeados. Apesar de não aceitar mais ficar no Brasil, gostaria de arrumar uma esposa brasileira e, para isso, encarregou-me dessa tarefa!

Abdel, um senhor de cerca de 60 anos, nada disse, mas entregou-me uma carta explicando que, embora tenha encontrado uma fazenda de carneiros para comprar, o ACNUR recusou- se a dar-lhe o dinheiro para a compra. Assim como os outros, reclama do atendimento das autoridades brasileiras e exige o reassentamento em outro país.

A última personagem é Abu-Assiz, marido de Rhouda. É um rapaz jovem, o único vestido com certa elegância e usando sapatos, mas também suas roupas eram sujas. Não falou comigo em nenhum momento da pesquisa, mas ouvia atentamente, embora alegasse que não fala português. É jordaniano e Rhouda, iraquiana. Saiu fugido do Iraque para o campo e, seu silêncio se deve ao receio de comprometer a segurança de sua família ainda na Jordânia. Pelo que foi informado a seu respeito, o envolvimento político de sua família faz com que ele não queira ser identificado aqui no Brasil. Segundo outro informante, a impressão que o grupo tem das atitudes e das falas é que ele possa entrar na clandestinidade caso seja alvo de uma exposição pública de maior abrangência.

Safi- ali, embora não morasse no acampamento, permanecia por lá durante todo o dia. Foi uma incógnita até que sua história teve um desfecho surpreendente. Ninguém do grupo comentava sobre sua vida e suas origens. Só diziam que ele era alguém "importante". Já era assim em Ruweished e, no Brasil, recebeu atenção especial já que fora o único a ser reassentado em Brasília.

Poucos dias depois do trabalho de campo, fui informada que Safi- ali saíra clandestinamente do Brasil, com passaporte falso e migrara para a Suécia. Lá pedira asilo político por se tratar de um ex- político iraquiano de grande prestígio no governo de Saddam Hussein. O processo de concessão de refúgio pelo governo sueco estava em andamento. A questão da família que ficou no Brasil é um caso a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA

ser analisado porque não existe, no direito internacional, o instrumento de transferência de reassentamento.

O interessante é que quando se tem contato com esse grupo, tem- se a impressão de que, havendo oportunidade, irá até mesmo entrar na clandestinidade. Não se percebe nenhum vínculo, por mais tênue, que ligue essas pessoas ao Brasil. Mesmo aqui, reproduzem o estilo de vida, as comidas, a língua de "lá" de maneira tal como se só estivessem aqui fisicamente.

São os "outros" no meio de "nós".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0811305/CA